

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

ANO DE

2022

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

MORADA: Rua do Bacêlo, nº 72

LOCALIDADE: Couto – S. Miguel

FREGUESIA: Couto – S. Miguel

CONCELHO: Santo Tirso

CODIGO POSTAL: 4780-262



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Couto – S. Miguel

Couto – S. Miguel

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 505707233
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	346 947,03	243 097,56
Investimentos financeiros	10.13	261,52	175,12
		347 208,55	243 272,68
Ativo corrente			
Inventários	5	501,10	439,15
Estado e outros entes públicos	10.5	1 197,50	1 679,01
Diferimentos	10.1	208,95	193,05
Outros ativos correntes	10.3	275 181,80	324 681,80
Caixa e depósitos bancários	10.2	17 615,90	70 985,33
		294 705,25	397 978,34
Total do ativo		641 913,80	641 251,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	86 865,15	86 865,15
Resultados transitados	10.4	54 029,84	57 987,20
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	497 967,25	497 967,25
		638 862,24	642 819,60
Resultado líquido do período		432,46	-3 957,36
Total dos fundos patrimoniais		639 294,70	638 862,24
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.11	163,64	132,62
Estado e outros entes públicos	10.5	344,36	272,56
Outros passivos correntes	10.6	2 111,10	1 983,60
		2 619,10	2 388,78
Total do passivo		2 619,10	2 388,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		641 913,80	641 251,02

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte 505707233

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	6	13 112,64	11 114,60
Subsídios, doações e legados à exploração	10.7	2 155,45	3 312,76
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-6 108,61	-3 976,97
Fornecimentos e serviços externos	10.8	-5 419,61	-3 615,59
Gastos com o pessoal	9	-14 782,33	-12 948,40
Outros rendimentos	10.9	11 883,36	2 603,29
Outros gastos	10.10	-250,22	-214,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:		590,68	-3 724,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-158,22	-232,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		432,46	-3 957,36
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		432,46	-3 957,36
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		432,46	-3 957,36

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		13 112,64	12 452,60
Pagamentos a fornecedores		-9 282,96	-111 642,36
Pagamentos ao pessoal		-10 041,80	-9 312,42
Caixa gerada pelas operações		-6 212,12	-108 502,18
Outros recebimentos/pagamentos		16 000,60	57 752,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		9 788,48	-50 749,31
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-114 734,93	0,00
Investimentos financeiros		-78,43	-85,56
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	3,29
Subsídios ao investimento		49 500,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-65 313,36	-82,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2 155,45	1 460,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2 155,45	1 460,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		70 985,33	120 356,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.2	17 615,90	70 985,33

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 505707233

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio à comunidade	PERÍODOS	
			2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	13 112,64	13 112,64	11 114,60
Custo das vendas e dos serviços prestados	5 / 9	-20 890,94	-20 890,94	-16 925,37
Resultado Bruto		-7 778,30	-7 778,30	-5 810,77
Subsídios, doações e legados à exploração	7 / 10.7	2 155,45	2 155,45	3 312,76
Outros Rendimentos	10.9	11 883,36	11 883,36	2 603,29
Gastos administrativos	4 / 10.8	-5 577,83	-5 577,83	-3 848,30
Outros Gastos	10.10	-250,22	-250,22	-214,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		432,46	432,46	-3 957,36
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		432,46	432,46	-3 957,36
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		432,46	432,46	-3 957,36

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2022**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ...	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
5	Inventários.....	10
6	Rédito.....	11
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
9	Benefícios dos empregados.....	12
10	Outras Informações	12
10.1	Diferimentos.....	12
10.2	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
10.3	Outros Ativos Correntes	13
10.4	Fundos Patrimoniais.....	13
10.5	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
10.6	Outros Passivos correntes.....	14
10.7	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	14
10.8	Fornecimentos e Serviços Externos	15
10.9	Outros Rendimentos	15
10.10	Outros Gastos.....	15
10.11	Fornecedores	15
10.12	Resultados Financeiros	16
10.13	Investimentos Financeiros.....	16
10.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	16
10.15	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

O Centro Social São Rosendo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, pela inscrição nº 85/05, a fl.195 do livro nº 10 das Associações de Solidariedade Social efetuado em 5 de Julho de 2005.

Tem sede na Rua do Bacelo, freguesia de São Miguel do Couto e concelho de Santo Tirso.

Visa promover a realização de atividades de apoio à terceira idade e juventude.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;

Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e

deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos e Ganhos" ou "Outros Gastos e Perdas".

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao

armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa

futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Equipamento Básico	1 441,19				1 441,19
Equipamento Transporte	5 250,00				5 250,00
Investimentos em Curso	242 792,76	104 007,69			346 800,45
Ativo Tangível Bruto	249 483,95	104 007,69	0,00	0,00	353 491,64
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	1 136,39	158,22			1 294,61
Equipamento Transporte	5 250,00				5 250,00
Depreciações Acumuladas	6 386,39	158,22	0,00	0,00	6 544,61
Ativo Tangível Líquido	243 097,56	103 849,47	0,00	0,00	346 947,03

5 Inventários

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme se segue:

Rubricas	2022	2021
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	501,10	439,15
Total	501,10	439,15

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2022	2021
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	439,15	328,78
Compras	6 170,56	4 087,34
Saldo Final	501,10	439,15
Gastos do Período	6 108,61	3 976,97

6 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2022	2021
Prestação de Serviços	13 112,64	11 114,60
Quotas do Utilizadores	10 423,64	8 211,60
Quotas e Jóias	2 689,00	2 903,00
Outros Rendimentos	11 863,36	2 603,29
Festas e Subscrições	5 433,36	1 560,00
Outros	6 430,00	1 040,00
Juros Obtidos	0,00	3,29
Total	24 976,00	13 717,89

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2022			2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP - Lay Off	Não Reembolsável	0,00		0,00	0,00		1 352,48
CM Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00		0,00	0,00		0,00
JF Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00		0,00	0,00		0,00
CM Santo Tirso (Edifício)	Não Reembolsável	222 786,25		0,00	222 786,25		0,00
Pares 3.0-55910	Não Reembolsável	275 181,00		0,00	275 181,00		0,00
Total		497 967,25	0,00	0,00	497 967,25	0,00	1 352,48

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de colaboradores ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2022 e 2021 foi de 1.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	11 113,33	10 156,00
Subsídio Alimentação	1 058,94	820,44
Encargos Sobre as Remunerações	2 485,26	1 847,16
Seguros de Acidentes no Trabalho	124,80	124,80
Total	14 782,33	12 948,40

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	208,95	193,05
Total	208,95	193,05

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	3 143,66	2 142,01
Depósitos à Ordem	14 472,24	68 843,32
Total	17 615,90	70 985,33

10.3 Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2021
Instrumentos Financeiros		
Santander Totta - Aforros	0,80	0,80
Santander Totta - Fundos Investimento	0,00	0,00
Total	0,80	0,80
Entidades do Setor Público Administrativo		
Município Santo Tirso	0,00	49 500,00
Pares 3.0 - 55910	275 181,00	275 181,00
Total	275 181,00	324 681,00
Total	275 181,80	324 681,80

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2022:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	86 865,15			86 865,15
Resultados Transitados	57 987,20		-3 957,36	54 029,84
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	497 967,25	0,00		497 967,25
Total	642 819,60	0,00	-3 957,36	638 862,24

10.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Restituição IVA	1 197,50	1 679,01
Total	1 197,50	1 679,01
Passivo		
IRS	63,00	28,00
Segurança Social	259,27	237,43
Fundos compensação	22,09	7,13
Total	344,36	272,56

10.6 Outros Passivos correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a Liquidar	0,00	2 079,10	0,00	1 956,80
Outras Despesas Diferidas	0,00	32,00	0,00	26,80
Total	0,00	2 111,10	0,00	1 983,60

10.7 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	2 155,45	3 312,76
Total	2 155,45	3 312,76

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.8 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços Especializados	1 721,70	1 494,61
Materiais	2 005,40	877,57
Energia e Fluidos	177,83	141,82
Serviços Diversos	1 464,30	1 096,61
Encargos com Utentes	50,38	4,98
Total	5 419,61	3 615,59

10.9 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	11 883,36	2 600,00
Juros Obtidos	0,00	3,29
Total	11 883,36	2 603,29

10.10 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Quotizações	60,00	60,00
Correções Exercícios Anteriores	190,22	154,34
Total	250,22	214,34

10.11 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	163,64	132,62
Total	163,64	132,62

10.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e Rendimentos Similares		
Total	0,00	3,29
Resultados Financeiros	0,00	3,29

10.13 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos Financeiros - FCT	261,52	175,12
Total	261,52	175,12

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

10.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Durante o ano de 2022 a instituição prestou serviços a 12 utentes.

10.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Couto – S.Miguel , 07 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

A Direção


